

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Exercício 2017

1. Identificação da entidade

1.1 – Designação da entidade: CENTRO SOCIAL DA PAROQUIA DE RIO TINTO

1.2 – Sede: Rua do Mosteiro, nº 3 - 4435-345 Rio Tinto

1.3 – Natureza da atividade: O Centro Social da Paroquia de Rio Tinto é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), pessoa coletiva de utilidade pública e sem fins lucrativos. Através de um Acordo de Cooperação com a Segurança Social, desenvolve uma atividade de apoio social a pessoas idosas. A instituição possui as valências, de Apoio Domiciliário, Centro de Dia e Lar para idosos.

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 O referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras, é o que foi instituído pelo Decreto-lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), uma vez que se trata de uma entidade que prossegue a título principal uma atividade sem fins lucrativos. Esta Norma é de aplicação obrigatória desde o dia 1 de janeiro de 2012, e faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto Lei nº 158/2009, de 13 de julho, alterado entretanto pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho. Esta Norma criou regras contabilísticas próprias, aplicáveis especificamente às entidades que prossigam, a título principal, atividades sem fins lucrativos e que não possam distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro direto, designadamente associações, pessoas coletivas públicas de tipo associativo, fundações, clubes, federações e confederações.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, e o anexo, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2017 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2016.

2.2 Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Ativos fixos tangíveis:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Nas ESNL, existem por vezes bens do ativo fixo tangível atribuídos a título gratuito em que o custo pode ser desconhecido. Neste caso os bens são mensurados ao justo valor, ao valor pelo qual se encontram segurados, ou ao valor pelo qual figuravam na sua contabilidade. A quantia assim apurada corresponderá ao custo considerado para efeitos da mensuração no reconhecimento.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Instituição.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

A Instituição procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com as taxas máximas definidas especificamente para as IPSS, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

Edifícios = 2 % (50 anos)

Equipamento básico = 16,66% (6 anos)

Equipamento transporte = 20% (5 anos)

Equipamento administrativo = 16,66% (6 anos)

Equipamento informático = 20% (5 anos)

Ferramentas e utensílios = 25% (4 anos)

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

b) Ativos intangíveis:

A Instituição reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Instituição e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

c) Aquisição de Software:

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Instituição necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha reta ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

d) Locações:

A Instituição classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Locações operacionais

Os pagamentos/recebimentos efetuados pela Instituição à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos diretos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como ativo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

e) Inventários

Os inventários são valorizados ao seu custo de aquisição. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

Os inventários são movimentados em sistema de inventário intermitente, sendo que a forma de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

f) Caixa e equivalentes de caixa:

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

g) Transações em moeda estrangeira:

As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação.

g) Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos patrimoniais e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a Instituição cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Um subsídio do Governo que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à Instituição sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

h) Custos com empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período não sendo capitalizados mesmo que diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica.

i) Provisões

São reconhecidas provisões quando:

A Instituição tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;

É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,

É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

h) Reconhecimento de gastos e rendimentos:

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

i) Gastos/Rendimentos de financiamentos:

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o período não foram detetados erros materialmente relevantes nem feitas alterações significativas nas estimativas contabilísticas.

5. Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

(valores em euros)

	31-12-2017	31-12-2016
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	2.965.577,94	2.886.809,59
Equipamento básico	140.184,07	140.184,07
Equipamento de transporte	159.235,00	159.235,00
Equipamento administrativo	167.831,28	158.295,88
Equipamentos biológicos	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	85.541,26	85.541,26
	3.518.369,55	3.430.065,80
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	76.406,85	80.797,41
Depreciação acumulada de períodos anteriores	1.462.261,17	1.381.463,76
Perdas por imparidade do período	0,00	0,00
Perdas por imparidade de períodos anteriores	0,00	0,00
	1.538.668,02	1.462.261,17
Valor líquido contabilístico	1.979.701,53	1.967.804,63

Os ativos fixos tangíveis estão todos contabilizados pelo custo de aquisição.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respetivo bem entrou em funcionamento.

As depreciações destes ativos, foram calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas mencionadas na alínea a) do ponto 3.2.

A 31 de Dezembro de 2017, não existem restrições de titularidade nem Ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos, e também não existem compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis.

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2017, são analisados como segue:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Alienações	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	2.886.809,59	78.768,35				2.965.577,94
Equipamento básico	140.184,07	0,00				140.184,07
Equipamento de transporte	159.235,00	0,00				159.235,00
Equipamento administrativo	158.295,88	9.535,40				167.831,28
Equipamentos biológicos	0,00	0,00				0,00
Outros activos fixos tangíveis	85.541,26	0,00				85.541,26
	3.430.065,80	88.303,75	-	-	-	3.518.369,55
Depreciação acumulada e imparidade						
Edifícios e outras construções	-950.620,27	-66.273,64				-1.016.893,91
Equipamento básico	-140.184,07	-807,69				-140.991,76
Equipamento de transporte	-133.111,00	-6.531,00				-139.642,00
Equipamento administrativo	-152.804,57	-2.554,77				-155.359,34
Equipamentos biológicos	0,00	0,00				0,00
Outros activos fixos tangíveis	-85.541,26	-239,75				-85.781,01
	-1.462.261,17	-76.406,85	-	-	-	-1.538.668,02
Total	1.967.804,63					1.979.701,53

A Instituição investiu no ano de 2017, um total de 88.303,75 EUR em obras no edifício e na aquisição de uma estante e de um Projetor e um sistema de som.

À data de 31 de Dezembro de 2017, não existem ativos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira.

6. Investimentos Financeiros

Esta rubrica é analisada como segue:

(valores em euros)

	31-12-2017	31-12-2016
Valor Bruto:		
Fundo compensação trabalho (FCT)	1.398,99	830,48
...	0,00	0,00
	1.398,99	830,48
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	0,00	0,00
Depreciação acumulada de períodos anteriores	0,00	0,00
Perdas por imparidade do período	0,00	0,00
Perdas por imparidade de períodos anteriores	0,00	0,00
	0,00	0,00
Valor líquido contabilístico	1.398,99	830,48

7. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Valor Bruto:		
Mercadorias	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5.325,43	5.246,70
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00
	5.325,43	5.246,70
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período		
Imparidades de períodos anteriores		
	-	-
Valor líquido contabilístico	5.325,43	5.246,70

Durante o período foram reconhecidos em custo das matérias consumidas 127.731,63 euros (2016: 137.595,14 euros). Os inventários foram mensurados pelo método do custo, sendo usado como sistema de custeio das saídas o Custo médio ponderado.

8. Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Activo		
Gastos a reconhecer		
Seguros pagos	3.134,78	3.610,89
Outros Gastos a reconhecer	0,00	0,00
	3.134,78	3.610,89

9. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de Caixa e depósitos bancários é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Caixa	1.249,36	719,21
Depositos à ordem	254.148,84	111.797,95
Depositos a prazo	1.292.000,00	1.274.000,00
	1.547.398,20	1.386.517,16

10. Reservas

A rubrica de reservas é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Reservas estatutárias		
Reservas contratuais		
Reservas Livres	378.701,25	378.701,25
	378.701,25	378.701,25

11. Resultados transitados

A variação da conta dos resultados transitados de um ano para o outro, resulta da transferência do resultado líquido do exercício de 2016.

12. Outras variações nos capitais próprios

Esta rubrica é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		
Subsídios	771.094,61	791.242,00
Doações	311.190,00	311.190,00
....		
	1.082.284,61	1.102.432,00

13. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Activo		
IVA a recuperar		
IVA reembolsos pedidos		
Outros impostos		
	0,00	0,00
Passivo		
Retenções de imposto sobre o rendimento	6.257,23	4.251,40
IVA a pagar		
Outros impostos	72,07	45,59
Contribuições para a Segurança Social	21.732,77	20.954,12
Tributos das autarquias locais		
Outras tributações		
	28.062,07	25.251,11

A 31 de dezembro de 2017 não existiam dívidas ao Estado e outros entes públicos em situação de mora.

14. Outras contas a pagar

A rubrica de Outras contas a pagar é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Corrente		
Fornecedores de investimentos		
Credores por acréscimos de gastos	75.028,05	72.340,45
Outros Credores	0,00	0,00
Pessoal	0,00	210,40
...		
	75.028,05	72.550,85

O valor dos Credores por acréscimos de gastos resulta no essencial da estimativa feita para as Férias, Subsídio de Férias e respetivos encargos com a Segurança Social que se vencem a 01 de janeiro do ano seguinte, mas que em termos de gastos são contabilizadas no exercício correspondente.

15. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

(valores em euros)

Descrição	2017	2016
Vendas		
...	0,00	0,00
...		
Serviços prestados		
Mensalidades	631.167,32	608.363,73
...		
	631.167,32	608.363,73

16. Subsídios, doações e legados à exploração

Esta rubrica analisa-se da seguinte forma:

(valores em euros)		
Descrição	2017	2016
ISS, IP - Centros Distritais		
Acordo Lar para idosos	285.977,64	289.300,00
Acordo Centro de dia	86.243,09	84.575,40
Acordo Apoio domiciliário	155.489,00	154.689,97
Protocolo emergência alimentar	54.525,00	57.800,00
	582.234,73	586.365,37
Outros		
Autarquia	6.273,63	7.737,27
IEFP	0,00	2.766,85
	6.273,63	10.504,12
	588.508,36	596.869,49

17. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

(valores em euros)		
Descrição	2017	2016
Mercadorias	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	127.731,63	137.595,14
Activos biológicos	0,00	0,00
	127.731,63	137.595,14

18. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2017	2016
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	22.155,83	25.090,57
Publicidade e propaganda	0,00	0,00
Vigilância e segurança	3.997,50	3.382,50
Honorários	70.105,86	66.339,40
Comissões	0,00	0,00
Conservação e reparação	21.855,49	37.840,96
Serviços bancários	963,71	1.185,42
Outros	0,00	0,00
Materialis:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	865,68	1.474,07
Livros e documentação técnica	0,00	0,00
Material de escritório	3.131,10	4.598,66
Artigos para oferta	0,00	0,00
Material didático	1.466,41	1.943,89
Vestuário	0,00	0,00
Outros	0,00	1.250,00
Energia e fluidos:		
Electricidade	35.479,99	32.907,59
Combustíveis	5.820,77	4.550,45
Água	19.714,12	21.354,87
Outros	28.324,72	34.502,64
Deslocações, estadas e transportes:		
Deslocações e estadas	0,00	0,00
Transportes de pessoal	0,00	0,00
Transportes de mercadorias	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	0,00	0,00
Comunicação	2.290,51	2.311,19
Seguros	4.142,28	3.727,44
Royalties	0,00	0,00
Contencioso e notariado	0,00	0,00
Despesas de representação	0,00	0,00
Limpeza, higiene e conforto	27.279,42	20.527,66
Outros serviços	8.204,13	5.767,57
Encargos saúde utentes	31.831,89	39.826,94
	287.629,41	308.581,82

19. Gastos com pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2017	2016
Remunerações dos órgãos sociais	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	496.303,80	488.561,47
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Prémios para pensões	0,00	0,00
Outros benefícios	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	99.404,23	96.537,54
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	5.298,70	5.250,21
Gastos de acção social	0,00	0,00
Outros gastos com o pessoal	1.715,46	1.383,38
	602.722,19	591.732,60

O número médio de pessoas ao serviço da Instituição, no período, foram 45.

20. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2017	2016
Rendimentos suplementares	1.561,66	300,00
Restituição IVA	6.500,15	15.165,81
Consignação 0,5% IRS	1.433,97	1.243,51
Rendimentos de exercicios anteriores	0,00	0,00
Imputação Subsídios para investimento	20.147,39	20.147,39
Quotizações	1.769,10	2.511,50
Donativos	18.203,88	39.286,66
Outros	3.169,02	586,08
	52.785,17	79.240,95

21. Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2017	2016
Impostos	241,24	167,53
Perdas em inventários	327,99	415,16
Correcções de exercicios anteriores	0,00	0,00
Quotizações	100,00	0,00
Multas e Penalidades	0,00	24,94
Outros	2.993,01	2.993,87
	3.662,24	3.601,50

22. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2017	2016
Gastos		
Propriedades de investimento	0,00	0,00
Activos fixos tangíveis	76.406,85	80.797,41
Activos intangíveis	0,00	0,00
Reversões		
Propriedades de investimento	0,00	0,00
Activos fixos tangíveis	0,00	0,00
Activos intangíveis	0,00	0,00
	76.406,85	80.797,41

23. Juros e rendimentos similares obtidos

A rubrica de Juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2017	2016
Juros obtidos	13.510,38	11.574,86
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
	13.510,38	11.574,86

24. Juros e gastos similares suportados

A rubrica de juros e gastos similares suportados é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2017	2016
Juros suportados	10,61	0,25
Dif câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas	0,00	0,00
	10,61	0,25

Porto, 14 de Março de 2018

A Direcção

O Contabilista Certificado